

## **PACTO SOCIAL AMEAÇADO**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 26.03.1981

A elevação decisiva das taxas de inflação e a configuração clara de uma recessão econômica nos dois primeiros meses de 1981 constituem uma grave ameaça para o pacto social que vem servindo de base para o processo de abertura política iniciada no Brasil em 1977. A redemocratização do país, apesar de alguns tropeços lamentáveis, vem ocorrendo desde que a sociedade civil brasileira como um todo ergueu-se contra o último grande golpe autoritário aplicado pelo regime militar: o pacote de abril de 1977, que criou os senadores biônicos e modificou a composição da Câmara dos Deputados. Agora, uma política econômica monetarista, posta em prática a partir de novembro de 1980, além de implicar em conseqüências econômicas desastrosas, coloca em risco o próprio pacto social em formação nos últimos quatro anos, na medida em que todo o esforço de nossas perplexas e confusas autoridades econômicas se dirige agora contra um dos pilares desse pacto: a lei salarial de 1979, que estabeleceu os reajustes semestrais e garantiu 10% de aumento real, deflacionado, aos primeiros três salários mínimos de qualquer nível salarial.

A política ortodoxa de estabilização que está aí foi fruto da rendição (tática?) do Ministro do Planejamento à chantagem do capital bancário internacional (que nos ameaçava com a bancarrota) e da falta de apoio da maioria de seus assessores e companheiros de ministério, cuja formação é monetarista. Deveu-se também ao fracasso da política econômica administrativa que o Sr. Delfim Neto tentou aplicar a partir de agosto de 1979, e à pressão realizada contra essa política pelos rentistas e pelo capital bancário desejosos de liberar o mercado financeiro e elevar as taxas de juros.

A política econômica inicial era correta em suas linhas gerais, na medida em que se propunha a estimular o crescimento econômico e a reduzir a inflação obrigando as

empresas, através de estrito controle de preços, a reduzir suas margens de lucro (lucro sobre o custo). Como sua produção e suas vendas aumentariam, a taxa de lucro (lucro sobre o capital), que é o fundamental para os empresários, não se reduziria. Essa política fracassou porque foram cometidos alguns erros graves, já suficientemente analisados, os quais, entretanto, certamente poderiam ter sido corrigidos. Uma política econômica administrativa a única compatível com o capitalismo monopolista de estado existente no Brasil é necessariamente um processo de tentativa e erro, de aproximações sucessivas. Ao invés de se corrigirem os erros, entretanto, o governo foi pressionado e acabou rendendo-se ao monetarismo atual.

Essa política monetarista não resolvera o problema da inflação brasileira, a não ser que venha a transformar a recessão já em curso em uma profunda depressão. Por enquanto o que se conseguiu foi a elevação da inflação para um novo patamar (120% ou, o que é mais dramático, 50% mais do que nos dois primeiros meses de 1980) e o desencadeamento da recessão. Pela primeira vez, desde 1965, que foi a primeira recessão do Brasil industrial, as taxas de crescimento do emprego ao invés serem positivas tornaram-se negativas. Entre novembro e fevereiro últimos o número de desempregados aumentou em 2,9% em São Paulo. Em todo o país as taxas de desemprego alcançam níveis elevadíssimos. Se o assunto não fosse muito grave, dadas suas danosas implicações sociais, poder-se-ia dizer que batemos todos os recordes de inflação e desemprego da história deste país.

Se uma recessão é inviável social e politicamente, uma depressão o é ainda muito mais. Não é difícil, portanto, prever que o problema da inflação não será resolvido por essa via, e que hoje o governo será obrigado, diante de pressões legítimas, a abandonar essa política recessiva. Inclusive porque os banqueiros internacionais, já tendo conseguido um spread (diferença entre a taxa de juros que cobram dos países considerados seguros em relação à do Brasil) igualmente recorde, e sem saber o que fazer com seus petrodólares, se dispõem a continuar a nos financiar.

Mas enquanto a política econômica não é alterada, o pacto social de 1977, informalmente estabelecido pela sociedade civil, está sob ameaça. Existem alguns interpretes apressados que pensam que a abertura foi fruto de uma estratégia política do governo. Esta é uma

confusão entre causa e consequência. O processo de abertura é uma demanda irrecusável da sociedade civil; a estratégia de abertura do governo é uma tentativa de manter sob seu controle e limitar esse processo. Da mesma forma, outros analistas superficiais imaginam que com abertura acirrou-se luta de classes, ex-pressa nas lutas sindicais, quando foi o inverso o que ocorreu. O processo de abertura política vem se realizando através de uma clara tentativa de aproximação entre o capital industrial e os trabalhadores naquilo que é essencial. Que os trabalhadores, diante do espaço aberto, tenham ampliado suas reivindicações, já estava previsto pela burguesia. Faz parte do jogo político-social normal nas sociedades capitalistas democráticas.

O pacto social de 1977 é um pacto muito informal. Jamais foi escrito, muito menos assinado e rubricado pelas partes, inclusive porque é muito difícil dizer quem representa as partes contratantes. Mas esse pacto-social existe, tem partes definidas e é constituído por algumas proposições muito simples a que se chegou depois de muitos anos de autoritarismo, de injustiça social e de protesto.

Participam desse pacto amplos setores da burguesia, a maior parte de classe média empregada (tecnoburocracia) e os trabalhadores. Estão excluídos não apenas os radicais de direita e de esquerda, mas também os setores autoritários da tecnoburocracia estatal e da burguesia que apóiam o ou participam do governo.

O consenso estabelecido está na necessidade de redemocratizar o país e de distribuir de forma mais justa a renda nos quadros de um sistema capitalista moderno. Os trabalhadores concordam em postergar suas aspirações socialistas em troca de conquistas sociais graduais, mas efetivas e da democracia. Esta interessa não apenas aos trabalhadores, mas também a classe média empregada e à burguesia. Por mais que os radicais de direita e de esquerda procurem transformar dirigentes sindicais como Lula em perigosos revolucionários, os fatos e as declarações desmentem essa hipótese. Lula está mais próximo da social-democracia do que de qualquer outra coisa. E só há social-democracia, que implica ainda em dominação burguesa, quando há sindicatos fortes e reivindicativos, e partidos efetivamente populares.

Nesse pacto social democrático o papel dominante cabe portanto à burguesia, que assim, busca sacudir a tutela da alta tecnoburocracia estatal. A classe média tecnoburocrática mantém sua posição assessora e crítica. Para os trabalhadores, embora continuando explorados por um regime extremamente desigual abrem-se perspectivas de progresso.

No pacto social a lei de salários de 1979 constituiu-se um marco importante. Foi uma vitória dos trabalhadores, ainda que não fosse fruto de suas reivindicações diretas. Foi um passo decisivo da burguesia para garantir sua dominação em termos estáveis.

Agora, depois de as autoridades econômicas haverem se entregado a uma política monetarista suicida, elas abrem suas baterias contra a lei de salários. De fato, essa lei é incompatível com uma economia que se deseja recessiva. Não apenas porque ela sustenta um pouco ainda a demanda agregada, (especialmente o consumo popular), dificultando o pleno desencadeamento da crise, mas também porque os prejuízos da recessão se concentram nas empresas, nos trabalhadores autônomos, e nos desempregados. Só os trabalhadores que escapam à rotatividade e conservam seus empregos são beneficiados. Além disso, a classe média que recebe mais de vinte salários mínimos será especialmente mais prejudicada, porque dificilmente receberá reajustamentos superiores ao mínimo legal em uma retração econômica. Produzem-se, assim, desequilíbrios distributivos dificilmente sustentáveis.

Entretanto, como essas autoridades econômicas não têm poder para sozinhas mudar a lei salarial, apelam para a burguesia. Solicitam o apoio dos empresários. Mas está claro que através dessa manobra o que acaba ficando ameaçado é o pacto social de 1977 e, portanto, o próprio processo de abertura política. Resta agora saber se a burguesia produtiva, pressionada pela recessão, ouvira esse canto de sereis, ou se se unirá contra as altas taxas de juros e a recessão.

De qualquer forma as implicações autoritárias da política econômica em curso estão claras. Talvez apenas seus formuladores não as percebam. Para os desatentos, porém, é sempre bom lembrar o caso da Argentina e do Chile. A política econômica atual não é apenas ineficiente e incongruente com a lei de salários, mas em sua essência é incompatível com o próprio pacto social democrático. Ora, é muito mais lógico

abandonar essa política, do que por um risco a liberdade que tão arduamente esta nação vem conquistando ou reconquistando nestes últimos anos.(26/03)